GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul pagamentos

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.934.215/0001-06 - Rua Siqueira Campos, 832 – 4º andar, Porto Alegre – RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO OPERACIONAL POR LINHA DE PRODUTOS

Rede de Adquirência Vero

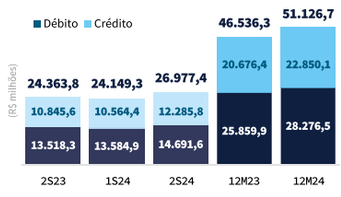
Abrange as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos, e Pix.

Volume Financeiro Transacionado

O volume financeiro transacionado registrou R$27,0 bilhões no 2S24, montante 10,7% ou R$2,6 bilhões superior ao valor apurado no 2S23. Em comparação com o 1S24, houve alta de 11,7% ou R$2,8 milhões.

Em 2024, o volume financeiro transacionado totalizou R$51,1 bilhões, com valor 9,9% ou R$4,6 bilhões acima do apurado em 2023.

Com cartões de débito, foram transacionados R$14,7 bilhões no 2S24, alta de 8,7% ou R$1,2 bilhão frente ao 2S23, e de 8,1% ou R$1,1 bilhão em relação ao 1S24. Em 2024, o total transacionado com cartões de débito somou R$28,3 bilhões, refletindo elevação de 9,3% ou R$2,4 bilhões em comparação com o ano anterior.



Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado registrou R$12,3 bilhões no 2S24, valor 13,3% ou R$1,4 bilhões superior ao realizado no 2S23, e alta de 16,3% ou R$1,7 bilhão em comparação ao 1S24. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R$22,9 bilhões em 2024, valor 10,5% ou R$2,2 bilhões acima do realizado em 2023.

O desempenho obtido no período é reflexo da maior intensidade em ações com foco no varejo, do incremento nas transações de grandes clientes e das estratégias comerciais para captação e manutenção de credenciados.

Adicionalmente, frente à catástrofe climática sofrida pelo Rio Grande do Sul e no intuito de contribuir para a reconstrução do estado, a Vero criou ações emergenciais para os credenciados atingidos, contemplando substituição gratuita de máquinas, isenção de tarifas e manutenção das condições comerciais por 3 meses, com ampla campanha de mídia para divulgação.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Pagamentos oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 2S24, o volume financeiro das antecipações somou R$5,1 bilhões, montante 6,0% ou R$289,4 milhões acima do registrado no 2S23, alcançando 38,3% do volume passível de antecipação no semestre. Quando comparado ao 1S24, houve crescimento de 16,9% ou R$731,9 milhões. Em 2024, o volume financeiro das antecipações totalizou R$9,4 bilhões, valor 3,5% ou R$315,3 milhões acima do apurado em 2023.

O volume antecipado apresentou crescimento quando comparado com o mesmo período do ano anterior, movimento explicado majoritariamente pelo desempenho do varejo.

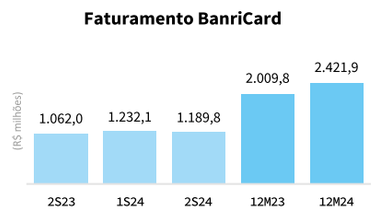
Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

Envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R$1,2 bilhão no 2S24, aumento de 12,0% ou R$ 127,9 milhões em relação ao 2S23 e decréscimo de -3,4% ou R$42,2 milhões quando comparado ao 1S24.

Em 2024, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R$2,4 bilhões, com valor 20,5% ou R$412,2 milhões acima do apurado em 2023.

Os cartões BanriCard alcançaram o volume de 14,7 milhões de transações de compra na rede credenciada no 2S24, aumento de 15,2% ou 1,9 milhão de transações em comparação com o 2S23, e crescimento de 7,4% ou 1,0 milhão de transações frente ao obtido no 1S24. Em 2024, o volume de transações alcançou 28,3 milhões, resultado 17,5% ou 4,2 milhões de transações acima do apurado no mesmo período de 2023.



DESEMPENHO FINANCEIRO

As Receitas com Transações de Pagamentos, incluindo antecipação de recebíveis, e as Receitas com prestação de Serviços, alcançaram R$882,2 milhões em 2024, montante -1,9% menor que 2023.

Já as Despesas Operacionais atingiram R$ 214,2 milhões em 2024, crescimento de 11,3% em comparação com 2023.

As Despesas Administrativas e de Pessoal somaram R$106,1 milhões em 2024, resultado 8,9% superior a 2023.

No ano de 2024, a Banrisul Pagamentos registrou Lucro Líquido de R$437,6 milhões, queda de -16,3% em relação a 2023. O resultado retrata a evolução do desempenho dos negócios da companhia, com forte impacto do efeito tributário, no resultado de 2023, pela distribuição de juros sobre capital aos acionistas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Banrisul Pagamentos não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do Banco Central do Brasil, a Banrisul Pagamentos instituiu um conjunto de políticas e procedimentos, relacionados ao sistema de controles internos, e observa a política de conformidade do Grupo Banrisul, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Pagamentos é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Pagamentos é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Banrisul Pagamentos adota políticas e procedimentos integrados com o controlador, o Banrisul, alinhando interesses para preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da Companhia, contribuindo para sua qualidade e sustentabilidade, de acordo com as boas práticas de governança.

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Pagamentos contribui com patrocínio a equipes esportivas, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

Ciente do seu papel na comunidade, a Companhia ainda apoiou a recuperação física da Casa de Cultura Mario Quintana e Cinemateca Paulo Amorim, afetadas pela enchente, realizando doações nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Art. 13, § 2º.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
Ativo			
Ativos financeiros		**5.186.108**	**4.782.090**
Disponibilidades	5	13.546	7.924
Instrumentos financeiros	6	1.028.858	676.662
Relações interfinanceiras	7	4.115.222	4.069.904
Contas a receber	8	26.179	26.143
Depósitos judiciais	15	2.248	2.135
Provisões para perdas	9	(1.160)	(1.167)
Outros ativos financeiros		1.215	489
Ativos fiscais		**3.136**	**95.255**
IRRF e CSLL a Compensar		-	89.900
Diferido	10	3.136	5.355
Outros ativos		**6.409**	**5.663**
Imobilizado	11	**154.930**	**163.548**
Imobilizado de uso		264.169	244.186
(Depreciação acumulada)		(109.239)	(80.638)
Total do ativo		**5.350.583**	**5.046.556**
Passivo			
Passivos financeiros		**2.706.847**	**2.667.607**
Contas a pagar a estabelecimentos	12	2.411.191	2.416.922
Moeda eletrônica em circulação	13	241.578	196.005
Outros passivos financeiros	14	54.078	54.680
Provisões para riscos	15	**2.996**	**2.575**
Obrigações fiscais	16	**49.093**	**62.617**
Outros passivos		**5.998**	**8.342**
Total do passivo		**2.764.934**	**2.741.141**
Patrimônio líquido		**2.585.649**	**2.305.415**
Capital social	17a	1.162.000	1.162.000
Reservas de lucros	17c e 17d	1.424.432	1.145.676
Outros resultados abrangentes		(783)	(2.261)
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.350.583**	**5.046.556**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de reais)

	2º semestre 2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercício	**232.171**	**437.640**	**522.869**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	887	2.239	(1.281)
Efeito tributário sobre o ajuste atuarial	(301)	(761)	436
Total dos resultados abrangentes do semestre/exercício	**232.757**	**439.118**	**522.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º semestre 2024	2024	2023
Resultado da intermediação financeira		**53.292**	**99.966**	**123.478**
Outras receitas (despesas) operacionais		**255.122**	**477.307**	**504.995**
Receitas com transações de pagamentos	19	459.413	876.031	894.101
Receitas com prestação de serviços		3.185	6.150	5.584
Despesas operacionais	20	(109.625)	(214.175)	(192.492)
Despesas de pessoal	21	(4.215)	(9.558)	(10.627)
Despesas administrativas	21	(47.988)	(96.511)	(86.806)
Despesas tributárias	22	(47.062)	(89.965)	(101.409)
Outras receitas (despesas)	23	1.413	5.335	(3.356)
Resultado operacional		**308.414**	**577.273**	**628.473**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**308.414**	**577.273**	**628.473**
Imposto de renda e contribuição social	18	**(76.243)**	**(139.633)**	**(105.604)**
Corrente		(76.504)	(138.139)	(106.766)
Diferido		261	(1.494)	1.162
Lucro líquido do semestre/exercício		**232.171**	**437.640**	**522.869**
Lucro líquido por ação (em R$)		**0,49**	**0,92**	**1,10**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**1.162.000**	**108.855**	**826.662**	**(1.416)**	**-**	**2.096.101**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	522.869	**522.869**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(845)	-	**(845)**
Reserva legal	-	26.143	-	-	(26.143)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17e)	-	-	(164.835)	-	(147.875)	**(312.710)**
Reserva de expansão	-	-	348.851	-	(348.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.162.000**	**134.998**	**1.010.678**	**(2.261)**	**-**	**2.305.415**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	437.640	**437.640**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	1.478	-	**1.478**
Reserva legal	-	21.882	-	-	(21.882)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17e)	-	-	-	-	(158.884)	**(158.884)**
Reserva de expansão	-	-	256.874	-	(256.874)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.162.000**	**156.880**	**1.267.552**	**(783)**	**-**	**2.585.649**
Saldos em 01 de julho de 2024	**1.162.000**	**145.272**	**1.129.027**	**(1.369)**	**-**	**2.434.930**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	232.171	**232.171**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	586	-	**586**
Reserva legal	-	11.608	-	-	(11.608)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17e)	-	-	-	-	(82.038)	**(82.038)**
Reserva de expansão	-	-	138.525	-	(138.525)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.162.000**	**156.880**	**1.267.552**	**(783)**	**-**	**2.585.649**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de reais)

	2º semestre 2024	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL ajustado			
Lucro antes do IR e CSLL	308.414	577.273	628.473
Ajuste lucro antes do IR e CSLL			
Perda incorrida e provisão para perda	1.253	2.664	2.231
Depreciações	21.293	42.386	33.166
Resultado baixa imobilizado	8.434	8.476	1.575
Ganhos/perdas com atualizações atuariais	(64)	(218)	(137)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	179	459	365
Atualização saldo negativo IR e CSLL	(1.345)	(5.585)	-
Atualização depósitos judiciais	(70)	(134)	(232)
Variações nos ativos e passivos			
Aumento de relações interfinanceiras	(325.947)	(45.318)	(613.020)
(Aumento) redução de contas a receber	(1.577)	(2.707)	6.894
Aumento de aplicações em TVM	(17.556)	(132.967)	(248.342)
Aumento de outros ativos	(148)	(1.370)	(1.208)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(20)	21	1.994
Aumento de moeda eletrônica em circulação	1.464	45.573	67.525
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	62.836	(5.731)	182.313
Aumento (redução) de obrigações fiscais	7.420	(30.280)	(26.958)
Aumento (redução) de outros passivos	1.178	(666)	7.929
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.413)	(25.897)	(210.861)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**42.331**	**425.979**	**(168.293)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	(22.158)	(43.008)	(64.444)
Ressarcimento equipamentos de captura	604	764	247
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(21.554)**	**(42.244)**	**(64.197)**
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	-	(88.944)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(82.038)	(158.884)	(265.803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(82.038)**	**(158.884)**	**(354.747)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(61.261)**	**224.851**	**(587.237)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	716.905	430.793	1.018.030
No fim do semestre/exercício (Nota 05 e 06(a))	655.644	655.644	430.793
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(61.261)**	**224.851**	**(587.237)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento ("Banrisul Pagamentos" ou "Companhia"), anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A., é uma empresa de capital fechado, estabelecida no Brasil, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Pagamentos atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Pagamentos é decorrente da taxa de "Merchant Discount Rate (MDR)" descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos, franquia e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

No que tange ao MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência Vero aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

O Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. Enquanto o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas em contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Pagamentos passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em novembro de 2014, a Banrisul Pagamentos protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), de acordo com a Resolução BCB nº 150, que estabelece os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Pagamentos teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Adicionalmente, a Companhia atua como participante indireto no Pix, arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil, ao qual aderiu em maio de 2020.

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia, passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) em relação a forma de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

Ao longo de 2024, frente ao cenário das enchentes que acometeram o Rio Grande do Sul em maio daquele ano, a Companhia adotou posicionamento de apoio aos seus clientes, contemplando substituição gratuita de máquinas, isenção de tarifas e manutenção das condições comerciais por período adicional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 (alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07) em conjunto às Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, sob o pressuposto de continuidade operacional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

Além disso, são inteiramente observados pela Banrisul Pagamentos, quando aplicável, os pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aprovados pelo CMN e BACEN. Adicionalmente, esta divulgação observou especialmente a Resolução BCB nº 02/2020 que consolida os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas estão apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2025.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas anualmente.

2.1 Normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições de pagamentos e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre "os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil."

Os artigos 24, 100 e 101 bem como os incisos X e XI do art. 107 entram em vigor em janeiro de 2024; o Capítulo IV do Título II, em 2027; os demais, em janeiro de 2027.

A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Sabendo que complementações ainda deverão ser publicadas pelo Banco Central do Brasil e que poderão conduzir a alterações deste planejamento inicial, destaca-se os principais processos que sofrerão ajustes e demandarão ações da companhia:

• Classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passam a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão dos instrumentos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em vez das características individuais de cada instrumento e da mera intenção de negociar;

• Ampliam-se conceitos adotados para operações renegociadas e/ou ativos problemáticos, com implicações diretas na forma de reconhecimento de receitas destas operações;

• Implementa o conceito de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros;

• No que se refere ao provisionamento, a resolução amplia o escopo dos instrumentos financeiros sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – ampliando o escopo atual que trata apenas das operações de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas – passando também a adotar critérios de alocação em estágios para definição do montante a ser provisionado. Além disso, mantém com o regulador a definição de pisos de provisão, os quais passam a impactar de forma direta no processo de baixa de ativos por perda de crédito, com grande vinculação com as características de cada produto e suas garantias;

• Reconhecimento e mensuração de Ativos e Passivos Financeiro;

• Divulgação em Notas Explicativas.

A provisão para perdas esperadas substituirá o modelo de perdas definido na Resolução nº 2.682/99, introduzindo uma abordagem prospectiva que considera histórico de inadimplência, condições econômicas e características do ativo, aprimorando a avaliação dos riscos de crédito da Companhia. O impacto estimado no patrimônio líquido relativo à adequação do cálculo de perdas esperadas será de aproximadamente (R$ 845).

Os ativos e os passivos financeiros serão ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Resultado (VJR) ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Essa reclassificação resultará na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários (TVMs). Assim, os TVMs, antes classificados em Títulos Mantidos até o Vencimento, Títulos para Negociação e Títulos Disponíveis para Venda, passarão a ser classificados como CA, VJR e VJORA, respectivamente.

As características contratuais dos ativos financeiros serão verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre CA e VJR ou VJORA. O Banrisul desenvolveu novos processos de modo a classificar os ativos financeiros de forma adequada. A Companhia não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação dos ativos financeiros nas três novas categorias

Resolução BCB nº 178/2022

A Resolução BCB nº 178/22 aproxima as normas contábeis aplicadas às instituições autorizadas pelo Bacen às normas contábeis internacionais, recepcionando o CPC 06(R2), que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. O CPC 06 (R2) unifica a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento.

Destaca-se que os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos critérios contábeis estabelecidos pelo pronunciamento serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. O impacto estimado no patrimônio líquido relativo à esta adequação será de aproximadamente (R$ 153).

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de emissores e conveniados e depósitos BACEN.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e moeda eletrônica em circulação e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional (Nota 5 e 6).

b) Títulos e valores mobiliários

São Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN e classificados nas seguintes categorias:

Mantido para negociação **-** incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Disponíveis para venda **-** títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Mantidos até o vencimento **-** títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c) Relações interfinanceiras

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo a receber de emissores está registrado no ativo, pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero, líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

d) Contas a receber

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga e tarifas pela emissão de cartões pré-pagos e, pela utilização dos cartões de benefícios e serviços pós-pagos, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. Neste título também estão incluídos os valores a receber dos credenciados relativo ao fornecimento de equipamentos de captura, taxas de manutenção, conectividade e demais serviços prestados pela rede de adquirência, são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis.

e) Provisão para perda

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais e dos valores a receber de emissores e credenciados.

A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia.

A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de adquirência.

f) Moeda eletrônica em circulação

Passivo financeiro classificado como custo amortizado, onde são registradas obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

g) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontadas dos estabelecimentos credenciados.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.